

## A PLURALIDADE DA CONTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA EM TEMPOS DE PERVERSIDADE

---

**Larissa Araújo Coutinho de Paula<sup>1</sup>**  
*Universidade Estadual Paulista (FCT-UNESP)*

---

Como citar:

PAULA, L. A. C de. A pluralidade da contribuição geográfica em tempos de perversidade. **Revista Geografia em Atos** (Online), v. 4, n. 19, p. 6-10, set-dez/2020. DOI: 10.35416/geoatos.v4i19.8267

<sup>1</sup>Doutora em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP/FCT). É integrante do Grupo de Estudos Dinâmica Regional e Agropecuária (GEDRA), da Rede de Estudos de Geografia, Género e Sexualidade Ibero Latino-Americana (REGGSILA) e do Laboratorio de Geografía y Género 'Cuerpos X' (Universidad de Chile).  
E-mail: [coutinholacp@gmail.com](mailto:coutinholacp@gmail.com)  
Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0002-6585-7537>

---

# Apresentação

Apesar do momento tenebroso pelo qual o mundo e o país atravessam, com o agravamento dos problemas sociais, econômicos, culturais e principalmente no que tange à saúde, diante da precarização do sistema público dada intensa demanda acarretada pela pandemia, a Revista Geografia em Atos tem a satisfação de anunciar e compartilhar a sua mais recente edição.

A última edição, lançada em dezembro de 2020, intitulada: “A pluralidade da contribuição geográfica em tempos de perversidade”, conta com cinco (5) artigos e um (1) ensaio, que versam sobre diferentes temas, porém que se assemelham em virtude da urgência dos debates que suscitam para a sociedade brasileira. Por trazerem à tona tópicos como: o racismo, a educação inclusiva, a estrangeirização de terras, o planejamento urbano, a segregação socioespacial e a hidrogeomorfologia em áreas de preservação permanente.

Esses diversos conteúdos demonstram o caráter interseccional da ciência geográfica, que dialoga com diferentes áreas do conhecimento. Destarte, temos uma contribuição significativa com esta edição, no sentido

de expor a pluralidade de discussões dispostas no bojo da Geografia. Pois como sabemos, se um fato ou fenômeno apresenta uma dinâmica espacial, inegavelmente pode tornar-se um objetivo de estudo a ser lido, sistematizado e compreendido pelas lentes geográficas.

O artigo “Processos de branqueamento, racismo estrutural e tensões na formação social brasileira” de autoria de Elicardo Heber de Almeida Batista, por meio de uma explanação histórica sobre a formação da sociedade brasileira a partir da conjuntura da escravidão de negros africanos e do surgimento das primeiras repúblicas, remonta o processo de consolidação do racismo estrutural, cujos efeitos perversos e genocidas infelizmente perduram hodiernamente. Com uma redação de forte embasamento histórico e sociológico, o autor explica diferentes interpretações para termos como raça, racismo, eugenia, branqueamento e racismo estrutural, além de articular tais opressões com a vertente da Geografia Social, enfatizando a tríade: classe-raça-gênero. Outro ponto interessante do texto é o diálogo que o autor estabelece com o rapper Djonga, trazendo trechos de suas falas e composições.

Ainda no âmbito das desigualdades, temos o texto de Carla Cristina Varela Araújo e Léia Aparecida Veiga: “Formação docente para educação especial inclusiva: os currículos das licenciaturas em geografia nas universidades públicas do Paraná”, no qual as autoras trazem apontamentos sobre aspectos da formação inclusiva nos cursos de licenciatura em Geografia do estado mencionado. Elas se debruçaram sobre a leitura e levantamento do perfil inclusivo de quatorze (14) cursos de ensino superior público, até o ano de 2018, a partir da grade de disciplinas ofertadas, dos conteúdos existentes e dos componentes curriculares pedagógicos. A educação inclusiva é um processo complexo, que depende de um conjunto de fatores bem como a adequada estrutura física, pedagógica e suporte ao professor, que deve ter uma formação sensível para o acolhimento destes estudantes. Logo, embora haja um número crescente de alunos que se encaixem neste perfil, matriculados nas escolas, isso não significa a real inclusão deles no sistema educacional. As autoras reforçam que as licenciaturas devem atentar-se para esses aspectos na formação de professores, incluindo, outras disciplinas, além

da de Libras (e que sejam obrigatórias e não optativas), além de atividades e eventos que tragam essa realidade para os(as) futuros(as) professores(as).

No que tange às relações internacionais e ao problema da crise alimentar mundial, a edição traz o artigo de Lorena Izá Pereira, intitulado “A estrangeirização da terra é a solução para a crise alimentar? As narrativas de agentes estrangeiros para justificar a apropriação de terras no exterior”.

O manuscrito, baseado em uma ampla revisão bibliográfica e na experiência de pesquisa da autora tem como fio condutor a denúncia do fenômeno da estrangeirização de terras considerando quatro (4) países: Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai. O caráter crítico do texto tem como cerne a desconstrução do discurso que vincula a necessidade de aumento da produção e expansão de áreas cultivadas (sobretudo por *commodities*) para sanar a crise alimentar e a fome mundial. Tal afirmação que é uma constante entre agentes mundiais do setor agrícola, nada mais representa do que a dissimulação de seus verdadeiros interesses: garantirem sua expansão e domínio territorial sobre demais países, visando a acumulação de capital, ação estratégica em períodos de crises, que são cíclicas no modelo de produção capitalista. A fome, como bem aponta a autora, não é um problema que se refere a quantidade de alimentos produzidos, mas sim ao acesso aos mesmos por parte das famílias economicamente vulneráveis ou em miserabilidade.

Em termos de planejamento urbano, tema recorrente e de suma relevância (principalmente no ano em que tivemos eleições municipais) para a produção de cidades nas quais os cidadãos possam usufruir do direito à urbanidade, há o artigo de David Melo Van Den Brule, “Planejamento Urbano no município de Juazeiro do Norte, Ceará: concepções de desenvolvimento urbano em questão”. O autor, problematiza alguns dos resultados obtidos em sua tese, ao explicar acerca do paradoxo: cidade-mercado e cidade-direito e como essas diferentes perspectivas sobre o espaço urbano se manifestam no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) de Juazeiro do Norte (1997-2000). Além da análise documental, o autor realizou entre os anos de 2016 a 2020 entrevistas com pessoas que participaram e que não participaram da gestão responsável pelo plano. No decorrer do texto, o ele explora as facetas antagônicas envolvidas nesse

processo evidenciando que PDDU tem sido pensado e executado a partir dos interesses das camadas mais abastadas da cidade, desprezando os conflitos sociais e a participação popular. Ademais, isso incentiva a animosidade entre as cidades, que passam a competir entre si pela atração de capital, como uma paráfrase: tornam-se empresas, em busca de seu *marketing* urbano. Há ainda o problema da adaptação de planos de cidades cujas características são muito distintas daquela que se tem como modelo, o que revela a ausência do profundo conhecimento do território local, de pesquisas fidedignas e da concreta participação popular, que possui diferentes compreensões sobre o que é desenvolvimento.

Ainda no âmbito da Geografia Urbana, temos o artigo “Segregação socioespacial, formas espaciais e espaços públicos: uma análise do caso de Araçatuba (SP) e Birigui (SP)”, de autoria de Augusto Marques da Silva. O texto consiste num esforço de concatenar os temas e conceitos trazidos no título, considerando a realidade de dois municípios do noroeste paulista. O estudo de caso privilegiou a pesquisa de espaços residenciais fechados, como formas, e suas relações com o uso de espaços públicos. Os espaços residenciais fechados implicam em um duplo processo de segregação, a segregação de classes elitizadas (geralmente as moradoras destes empreendimentos) diante das classes mais pobres da cidade, porém, também produz a autosegregação daquelas que passam a viver e realizar as suas atividades cotidianas em áreas padronizadas e homogeneizadoras. Deste modo, suas práticas espaciais restringem-se cada vez mais aos seus condomínios, escritórios, *shopping centers* e colégios de seus(suas) filhos(as), ou seja, sob o discurso da segurança, desassocia-se cada vez mais da cidade, especialmente dos espaços públicos. Por sua vez, a relação entre processo e forma se revela divergente no caso estudado, já que os espaços residenciais fechados e as ocupações irregulares e habitações populares encontram-se fisicamente próximas em ambas as cidades.

Finalmente, temos o ensaio “Reflexões sobre a hidrogeomorfologia dos rios intermitentes frente às definições das áreas de preservação permanente de cursos d’água no Brasil”, por Andreza Tacyana Felix Carvalho. A partir de revisão bibliográfica e documental, a autora suscita uma

discussão sobre o comportamento hidrogeomorfológico dos rios intermitentes presentes no semiárido do país frente à delimitação das Áreas de Preservação Permanente (APPs) para os cursos d'água estipulados em lei. Segundo a autora as peculiaridades de cada sistema fluvial não são consideradas nas APPs, e a classificação generalizadora pode trazer danos aos cursos d'água intermitentes, ou rios temporários, como também são conhecidos. Esses tipos de cursos d'água possuem dinâmicas hidrológica e geomorfológica diferentes do regime perene, não sendo possível mensurar a largura de sua calha pelo fluxo regular. Tal fato prejudica a gestão adequada desses rios, reverberando em prejuízos para a natureza, a população local e sua economia. Por essa razão, a autora defende o aprofundamento de estudos dos cursos d'água intermitentes, visando a atualização da legislação de APPs ou o incentivo para criação de leis que considerem essas particularidades.

Esperamos que essa breve explicação sobre os artigos lhes atraiam a atenção para a leitura de nosso novo número. A Revista Geografia em Atos tem trabalhado permanentemente prezando pela qualidade, imparcialidade e valorização do conhecimento geográfico alcançando, assim, público de autores e leitores de diversos cantos de país e produção de temáticas plurais que enriquecem a gama de conhecimentos cuja sociedade pode acessar, e assim saber o que os(as) cientistas da geografia têm produzido. A responsabilidade deste trabalho ganha paulatinamente mais relevância, tendo em vista as persistentes tentativas de depreciação, desprezo e negação pela ciência e educação. Por isso, reforçamos a todos(as) que leiam e compartilhem essa edição.

Boa leitura e cuidem-se!